

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA
1991/1995**

Nos dias dezesseis e dezessete de novembro de um mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Quadragésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, do período de um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. Constatando o quorum regimental para deliberação, o Coordenador-Geral, **Dr. Nelson de Carvalho Seixas**, fez abertura da reunião com justificativa da ausência do Conselheiro Aboim, por viagem ao Exterior. O Coordenador relembrhou ao Plenário que na Trigésima Oitava Reunião Ordinária foi comunicada a dispensa do Conselheiro **Dijon Hosana Sousa Silva**, e que essa sua observação seja registrada em ata. Em seguida, o Coordenador disse que foi proposta uma reunião extraordinária pelos conselheiros, para discutir o afastamento dos Secretários Executivo e de Vigilância Sanitária, mas obteve-se apenas treze assinaturas. Em seguida, o Coordenador passou à leitura dos informes: 1- Correspondência da Coordenação Geral do Programa Nacional de DST/AIDS, convidando todos os funcionários do MS a se engajar e participar dos eventos da Semana de Luta Contra a AIDS, a partir do dia 28 de novembro; 2- Correspondência do Ex Conselheiro Thiers Ferreira, com considerações sobre medicamentos; 3- Transparências da exposição do Dr. Dagoberto Brandão, na Oficina de Trabalho de Vigilância Sanitária de Medicamentos; 4- 14º Volume - Informação para a Saúde - Coordenação de Documentação e Informação/MS; 5- Ofícios reivindicando ao Conselho Nacional de Saúde que se posicione contra a abertura de novos cursos de Psicologia; 6- Ofício Circular da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando cópia do Certificado recebido pelo Senhor Presidente da República, do Diretor da OPAS, que trata da erradicação da Transmissão do Poliovirus Selvagem no Território Brasileiro (cópia do certificado na pasta); 7- Correspondência da CT/APAS, expressando total apoio à extinção do Conselho Federal de Educação, como medida de saneamento ético no sistema educacional do país; 8- Programa do III Congresso Latino Americano de Ciências Sociais e Medicina, que acontecerá em Atibaia/SP, no período de 08 a 12 de abril de 1995; 9- Fax do Conselho Estadual de Saúde do Mato Grosso, solicitando ao CNS que interceda junto ao MS, no sentido de garantir os materiais, técnicos e financeiros, para a execução do Plano de Eliminação da Hanseníase e Plano Emergencial da Tuberculose; 10- Parecer favorável da Consultoria Jurídica do MS, em resposta à consulta feita por esta Coordenação, referente ao pagamento de diárias aos membros da Comissão Técnica de Usuários de Serviços de Saúde/CNS; 11- Ofício da Consultoria Jurídica do MS, em resposta à solicitação do conselheiro Justino, acerca do pagamento de diárias aos conselheiros estaduais e municipais, informando que cabe a cada esfera de governo deliberar sobre este assunto; 12- Fax da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, informando que a Conselheira Jane Galvão não poderá comparecer à 41ª Reunião do CNS. Encerrados os informes, o Coordenador apresentou ao Plenário os conselheiros: **Dr. Roberval Junqueira Franco do CNA** e **Dr. Waldir Mesquita do CFM** (este ainda pendente de decreto de nomeação). Aberto ao Plenário a discussão sobre a questão de convidar o Dr. Dioclécio Campos Júnior e o Dr. João Geraldo Martinelli, que foram afastados das suas funções, por força de determinação ministerial, para esclarecerem pessoalmente sobre as denúncias que lhes foram imputados. O Conselheiro **Jocélio** propôs que além dos Secretários, deveria comparecer também ao Plenário o Senhor Ministro. Opinou o Conselheiro **Dellape** que a presença dos acusados também seria necessária, pois seria um risco ouvir somente um lado. Ainda no âmbito das discussões, o conselheiro **Waldir Mesquita** relatou sobre o parecer do CFM, solicitado pelo Senhor Ministro com relação à participação da CRAME, no sentido de que solicitasse aos assessores da Secretaria de Vigilância Sanitária que permanecessem em seus cargos e a indicação pelo CFM do substituto do Dr. Martinelli. O Conselheiro **Gilson Carvalho** comentou que deverá depor na Comissão e que existe um documento que aponta uma série de irregularidades administrativas, entretanto, as pessoas que depuseram antes, quando reinquiridas, estariam negando as acusações. O Conselheiro **Omilton** relatou que no documento original tem informação que oito funcionários da Vigilância Sanitária pediram a instauração de um inquérito para apuração de irregularidades, o que não foi feito. Falou ainda que a Vigilância Sanitária não existe e nunca foi tratada com seriedade, o que se passa hoje é o mínimo, uma vez que o descalabro transcorre há mais de vinte anos, e essa é mais uma fase difícil que ela passa. Ainda dentro das discussões, o Conselheiro **Seixas** disse que os dois afastamentos foram feitos indevidamente, e que o CNS deveria solicitar o mais breve possível, ao Senhor Ministro, esclarecimento da situação, ainda nesta administração. O Conselheiro **Jocélio** ressaltou a gravidade das acusações, que envolveram os dois Secretários, dizendo que o CNS não deve se omitir, motivo pelo qual propôs ao Plenário convidar os acusados para que estes tenham oportunidade de esclarecer os fatos noticiados pela imprensa. O Coordenador colocou em votação a proposta do conselheiro, que foi aprovada pelo Plenário. Em seguida, o Coordenador propôs que a Ata da última reunião fosse submetida aos conselheiros para aprovação. O Conselheiro **Komora** solicitou correção nas linhas 96 à 99, que dizem respeito ao repasse Fundo a Fundo, a Conselheira **Rosemary** idem da linha 70, o Assessor **Elias Jorge** da linha 109 e o Conselheiro **Jocélio** da linha 224 à 231. As propostas de correção foram encaminhadas por escrito à mesa da coordenação. Feitas as correções, a Ata foi aprovada. Passou-se ao **Item 02 - COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS**. Aprovada a Moção nº 19 da CISI, que diz respeito ao surto da Malária entre a etnia Jaminau-arara no Estado do Acre. A Conselheira **Zilda Arns** manifestou sua opinião a respeito da referida moção, sugerindo que o CNS a encaminhasse em caráter de urgência à Fundação Nacional de Saúde para as providências. Aprovada a Moção nº 18, também da CISI, que trata de casos de suicídios entre índios Ticuna do Amazonas. A Conselheira **Zilda Arns** solicitou que o Coordenador do CNS, acoste à Moção, a matéria publicada no Jornal do Brasil sobre a manifestação do Bispo Alcimar Magalhães, para que a

1
65 questão seja analisada com mais profundidade na Quadragésima Segunda Reunião Ordinária. Discutiu-se a
66 Recomendação da Comissão de Vigilância Sanitária, que trata da padronização de medida para uso de
67 medicamentos líquidos. O Conselheiro **Omilton** sugeriu e foi aceito que o assunto fosse examinado à luz das
68 indústrias e ainda que fosse formalmente recomendada sua análise à Comissão Interentidades da Secretaria de
69 Vigilância Sanitária. **Item 01 - QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS** - O Assessor Técnico do CNS, Professor **Elias**
70 **Jorge**, analisou os documentos por ele apresentados quais sejam: Arrecadação dos Impostos e Contribuições
71 Federais, Boletim Diário de Arrecadação das Receitas Federais do Sistema de Arrecadação, Ofício DEAFI/COMIN-
72 94/045, originário do Banco Central do Brasil, Fundo de Previdência e Assistência Social, e os Quadros
73 Representativos da Execução Orçamentária, I, II, III e IV, conforme solicitação deste Conselho. Concluída a sua
74 análise, o Professor **Elias Jorge** apresentou a seguinte proposta: 1º - a criação de um cronograma do CNS, similar ao
75 do CNSS; 2º - a indicação de um representante titular do CNS no CNSS; 3º - criação de um grupo de trabalho para
76 acompanhar a reforma Tributária e a Legislação da Previdência Social. O Plenário manifestou-se favorável à escolha
77 do Professor Elias Jorge, como representante do CNS, e indicou os Conselheiros Komora, Zilda e Arlindo para a
78 composição do Grupo de Trabalho. Dando seguimento aos debates passou-se a palavra ao **Dr. João Baptista Risi**
79 **Filho**, Coordenador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/MS, que falou sobre a 1ª Conferência Nacional de
80 Ciência e Tecnologia, ressaltando as 12 Conferências Estaduais e a Etapa Nacional, cujo produto seria a emissão de
81 um Relatório Final, onde constaria a visão política da CICT para a saúde, com prioridade para as áreas sanitárias e
82 industriais. Expôs a importância da CICT em vincular-se a um projeto nacional e que o CNS seria a instância
83 máxima para seu fortalecimento. Falou da importância da participação de órgãos do MS no sentido de induzir ações
84 de tecnologia mais voltadas para a Saúde, bem como de instituições que compartilharem dos mesmos objetivos.
85 Manifestaram-se a respeito do assunto os Conselheiros: **Leny**, que pediu maiores esclarecimentos sobre a questão da
86 CTIT, **Ruy Gallart**, dizendo que houve manifestação de várias comissões contra o caráter permanente da CTIT.
87 Reiniciadas as discussões do **Item 02**, foi aprovada a Recomendação nº 01/94 da Comissão Técnica de Prestadores
88 de Serviços de Saúde, sobre a resistência da área econômica do Governo Federal, no repasse de recursos para o Setor
89 de Saúde. A Recomendação CT/APAS nº 43/94 ficou prejudicada na sua votação em virtude do Decreto 1.303/94.
90 Aprovada a Recomendação CT/APAS nº 45/94, que propõe a alteração da Portaria SAS nº 130, por unanimidade foi
91 transformada em Resolução. Aprovada também a Recomendação CT/APAS nº 44/94, que diz respeito a inclusão de
92 profissionais de saúde ainda não contemplados pelas Portarias GM nº 662/94 e 1.638/94. A Recomendação nº 05 da
93 Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica, que propõe a extinção do GT 321/92, foi transferida para a
94 Quadragésima Segunda Reunião Ordinária, com recomendação do Plenário que sua discussão seja realizada com a
95 presença da Coordenadora do Programa. A Recomendação CNRP nº 06 visando criação de Comissões Estaduais e
96 Municipais similares foi aprovada. O relatório da reunião dos Coordenadores foi encaminhado à Comissão de
97 Reestruturação do CNS. **Item 3 - CRENDENCIAMENTO DE CENTROS DE PESQUISA:** Apresentado parecer
98 favorável ao credenciamento da Disciplina de Nefrologia da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba da PUC -
99 SP. O Conselheiro **Newton** solicitou vistas do processo. Constatou que os critérios a respeito de credenciamento não
100 estão sendo observados, ressaltando que na Comissão de Ética não consta a presença de um membro do sexo
101 feminino como recomenda o Regimento. O Plenário sugeriu que o parecer fosse aprovado com as recomendações
102 observadas, o que provocou a preocupação do Conselheiro Artur sobre a forma de como seria feita a fiscalização
103 para se ter certeza se a recomendação estaria sendo cumprida ou não. A Conselheira **Rosemary** mostrou-se favorável
104 à aprovação do credenciamento pela importância que traria para os renais crônicos. Diante das polêmicas surgidas
105 em torno do assunto, foi adiada a votação do parecer que retornará na próxima reunião. O Coordenador submeteu ao
106 Plenário o parecer sobre consulta da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a respeito da prioridade de hospital
107 universitário no SUS, da lavra dos Conselheiros Newton e Komora. O Conselheiro **Roberval** levantou a questão
108 sobre as condições da Universidade de Alfenas em atender toda a área de saúde da região e pediu vista. **MESA**
109 **NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO DO SUS:** O Conselheiro **Jocélio** encaminhou à mesa proposta de Resolução,
110 pela qual solicita ao Ministro a publicação da Portaria de Redistribuição dos servidores do Ex - INAMPS e o
111 Regimento da Mesa. O Secretário Executivo/MS **Dr. Adnei Moraes** disse não ter conhecimento dos documentos
112 citados pelo conselheiro Jocélio, entretanto, comprometeu-se levá-los pessoalmente à audiência que terá com o
113 Ministro. O Conselheiro **Armando Raggio** pronunciou-se sobre a questão, dizendo que seria interessante
114 recomendar o processo de descentralização, para que se estabelecesse nos Municípios a Gestão Semi-Plena, e esses
115 teriam que instalar as Mesas de Negociação. Diante da posição do Secretário Executivo, o Conselheiro **Jocélio**
116 retirou a proposta de Resolução. O Coordenador solicitou que o Conselheiro Raggio formulasse proposta de
117 Resolução sobre a Gestão Semi-Plena e encaminhasse à mesa. **Item 04 - AÇÕES DO CONANDA:** A convidada
118 **Dra. Melba Meireles Martins** iniciou sua exposição fazendo um breve relato sobre princípios e diretrizes do
119 CONANDA, que nortearão a construção de normas para uma política de Atendimento aos Direitos da Criança e do
120 Adolescente. Encerrando sua fala, a Dra. Melba solicitou a indicação de dois conselheiros para participarem da I
121 Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, que seria realizada no período de 21 a 25 de novembro, no
122 auditório Petrônio Portela. **Item 05 - MODALIDADES DE GESTÕES DO SUS:** O Conselheiro **Jocélio** sugeriu e
123 foi acatado que o tema fosse adiado até abril de 1995. Voltou-se novamente ao **Item 01 - COMISSÃO**
124 **TRIPARTITE:** O Conselheiro **Gilson Carvalho** falou sobre o papel da Tripartite, dizendo que suas deliberações
125 passariam pelo CNS e que constasse em Ata essas observações. Falou ainda do Decreto nº 1.232/94 que disciplina o
126 repasse Fundo a Fundo, que foi primordial para a descentralização do SUS. Assinalou que o processo é difícil, pois
127 não basta só vontade política, tem que haver um trabalho incessante com os Municípios, no sentido de que estes

2

assumam sua habilitação para que possam passar à Gestão Semi-Plena. Assegurou que dos quinhentos Municípios, 128 cem já estão habilitados dentro da Bipartite e Tripartite sem que houvesse qualquer intervenção política, apenas 129 ousadia e vontade de fazer cumprir a Lei. O Conselheiro **Jocélio** indagou a questão da Tripartite e a questão política 130 nos Estados. A Conselheira **Leny** mostrou-se preocupada com o repasse Fundo a Fundo e argumentou que o Governo 131 tem que garantir os recursos para o SUS. O Conselheiro **Arlindo** ressaltou a importância político-técnica dos níveis 132 de saúde com a descentralização semi-plena, e gostaria se saber se Belém já está incluída nessa gestão. A 133 Conselheira **Zilda** perguntou ao expositor quais os critérios de custeio para os Municípios e se esses não ganham 134 mais ou menos dentro da gestão semi-plena, exemplificando como funciona em Curitiba. O Conselheiro **Newton** 135 manifestou sua preocupação com a gestão semi-plena, no tocante ao repasse Fundo a Fundo e questionou sobre a 136 existência de um instrumento normativo disciplinando a AIH e UCA e a remuneração dos serviços prestados. O 137 Conselheiro **Komora** falou sobre a mudança do modelo gerencial, ressaltando os seguintes pontos: aprovação do 138 Plano; aprovação do Relatório de Gestão; papel do CES; aprovação das mudanças gerenciais pelos Estados; opinar 139 sobre a aplicação de recursos e decisões política e gerencial; interesse do usuário; qual tipo de informação que se 140 deseja da Tripartite e dos CES na Bipartite; se os CES têm condições de atender mesmo os que ainda não estão 141 preparados; e fixação de tetos que precisam ser rigorosamente analisados. O Conselheiro **Gilson** respondeu às 142 indagações dos Conselheiros dizendo preliminarmente que o CNS tem o dever de fiscalizar, mas não de aprovar os 143 Municípios A, B ou C. Quanto a Belém ainda existe questão pendente. Fiscalização das contas é função dos 144 Conselhos Estaduais, não cabendo nos determinos em assuntos que não são de competência do CNS. Quanto à forma 145 de critérios mencionados pela Conselheira Zilda Arns, os mesmos são feitos em cima de percentuais a partir de um 146 estudo realizado de janeiro a junho, daí se fixou o teto. No tocante à remuneração, argumentou que a AIH para 147 compra de serviços é um erro que precisa ser controlado e aperfeiçoado, entretanto, não existe, no momento, outra 148 forma de atuação. O Conselheiro **Armando Raggio** encaminhou à mesa, proposta de Resolução, cuja temática diz 149 respeito à Mesa de Negociação do SUS para Estados e Municípios. Submetida ao Plenário, a proposta do conselheiro 150 foi aprovada. O Conselheiro **Jocélio** foi indicado para relatar a Norma Operacional de Saúde do trabalhador, que 151 entra na pauta da próxima reunião do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Armando Raggio** solicitou ao 152 CNS a constituição de uma Comissão de Revisão de tetos de recursos dos Estados para descentralização e repasse 153 Fundo a Fundo, e que sua solicitação fosse consignada em ata. O Conselheiro **Artur** apresentou ao Plenário seu 154 parecer sobre a Fluoretação do Sal, juntamente com uma proposta de Resolução, solicitou a este Conselho que se 155 manifeste contrário ao Projeto de Lei nº 19 do Senado Federal, e que seja enviado ao Relator do Projeto, Senador 156 Júlio Campos, e à Deputada Federal Regina Gordilho, cópia do seu parecer. Reiniciada a reunião às nove horas e 157 onze minutos do dia dezessete com o jornalista José Antonio C. D' Arrochella Lobo, Coordenador do IEC que falou 158 sobre o Projeto de Qualidade de Gestão em Saúde, onde coordena o curso de formação de conselheiros, composto 159 de um kit pedagógico, um vídeo, um caderno de textos e uma cartilha com linguagem acessível a todos, sendo que 160 dos dez Estados, seis já receberam a metade da parcela para iniciar os treinamentos. **Item 06 - SISTEMA DE** 161 **INFORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL - SIMCA:** A Conselheira **Zilda** 162 **Arns** expôs o SIMCA - Sistema de Informação Ambulatorial por Leitura Ótica, sobre a Saúde da Mulher, da Criança 163 e do Adolescente nos Serviços do SUS, nos Postos de Saúde, Ambulatórios credenciados e nos Serviços de 164 Planejamento Familiar. Justificou porque não existe um sistema que permita ao Ministério da Saúde ter as 165 informações e gerenciar de forma adequada. Citou exemplo das esterilizações em massa que estão ocorrendo e 166 outros. Teceu a conselheira as considerações sobre a informação que o SIMCA fornece e que permite um 167 gerenciamento com perfil epidemiológico, onde aparecem as ações realizadas que implicam na redução das (03) três 168 primeiras causas de mortalidade desses grupos populacionais; expôs sobre a avaliação periódica e o retorno às bases 169 de qualquer nível do SUS, a incorporação de estímulos de gerência e de conteúdo educativo para melhor 170 desempenho, tanto na melhoria de qualidade das ações, quanto de articulação e de referência. Citou como exemplo 171 a desnutrição que necessita de incentivos de articulação com outros sistemas, comunitário, programa contra a fome, 172 etc., e deve ser incentivada nesse nível ambulatorial; O aleitamento materno por exemplo exige medidas gerenciais a 173 nível de sua incorporação na assistência pré natal, no alojamento conjunto das maternidades e de um sistema que 174 apoie as nutrizes na comunidade além de outros. Propôs a Conselheira **Zilda** que o CNS fizesse a Recomendação do 175 SIMCA vinculando-o ao Sistema de Pagamento Ambulatorial. O Conselheiro **Armando Raggio** elogiou o esforço 176 do Ministério, mas considerou o Sistema verticalizado pelo fato de querer vincular o pagamento às informações. O 177 Conselheiro **José Carlos Seixas** contestou a fala do Conselheiro Armando, dizendo que descentralizar não quer dizer 178 acabar com o Ministério da Saúde e que esse necessita de informações para acompanhar de forma objetiva o 179 desenvolvimento das ações de Saúde; que não se deve confundir ideologias com análise objetiva do que está 180 ocorrendo. Disse que concorda com o SIMCA e que o Ministério tem o direito e deve implementá-lo e que discorda 181 de se fazer uma Recomendação do CNS para tanto, pois o Ministério deve fazer aquilo que acha necessário para 182 cumprir com sua função; disse que considera utopia desvincular a informação do pagamento pois não funciona, 183 como já está provado em outras áreas. O Conselheiro **Gilson Calleman** informou que o DATA SUS muito se 184 esforçou para se dispor de informações e que o SIMCA vem completar o que já existe. O Conselheiro **Justino** 185 cumprimentou pela iniciativa que considerou importante, entretanto disse que falta a execução de ações que 186 inclusive já são de lei como o teste do "PEZINHO", e a Conselheira Zilda solicitou ao Coordenador que incluisse 187 esse tema na próxima reunião. Propôs então a Conselheira, que se tirasse sua proposta de Recomendação do CNS ao 188 SIMCA e se considerasse como informação do que se está fazendo; o Coordenador propôs então o apoio do CNS ao 189 SIMCA, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro **Santini** que apresentou 190 SIMCA, o que foi aprovado por unanimidade.

3

191 o parecer sobre o tabagismo - Projeto de Lei nº 2858/86, que foi aprovado. Presente no Plenário, o Dr. Dioclécio
192 Campos Júnior, que agradeceu a oportunidade e única, oferecida pelo Conselho Nacional de Saúde. Expôs aos
193 presentes as acusações que motivaram o seu afastamento da Secretaria Executiva, rebatendo uma por uma. O
194 Conselheiro **Seixas** elogiou a dignidade política do Dr. Dioclécio e pediu ao Conselho que se manifestasse não só
195 junto ao Ministério, como também ao Senhor Presidente da República, para estabelecer a volta das pessoas que
196 foram afastadas, em forma de Moção, que foi unanimemente aprovada pelo Plenário. Manifestaram-se também com
197 palavras de solidariedade, os conselheiros **Leny, Waldir, Dellape, Omilton, Zilda, Komora, Rosemary, e Jocélio**.
198 Retornou-se novamente ao **Item 01 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE**: O Dr. **Sebastião Alves Grilo**, iniciou sua
199 exposição apresentando justificativa pelo seu agravio, em seguida passou ao Plenário documentos referentes ao
200 orçamento de 1994, que foram por ele analisados no decorrer de sua exposição. Falou da necessidade de R\$ 966
201 milhões até o final do ano, crédito esse que seria necessário só para cubrir as despesas de AIH e UCA, acrescentando
202 ainda que está aguardando a definição da receita para receber o adicional destinado à Saúde. **Item 07 -**
203 **REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**: O Conselheiro **Jocélio** apresentou proposta
204 com as seguintes sugestões de alterações: 1º, Presidente eleito pelos Conselheiros; 2º Usuários: representantes da
205 Comunidade Científica e da Sociedade Civil devem ser substituídos por Entidades Nacionais; 3º Setor Saúde: 25%
206 de profissionais de saúde, 25% de prestadores de serviços de saúde e 50% de usuários. O Coordenador colocou em
207 votação a proposta do Presidente ser eleito pelo Plenário, 11 Conselheiros foram favoráveis, 06 contrários com 01
208 abstenção. O 2º item da proposta foi aprovado com 18 votos favoráveis e 3º com 17 votos favoráveis e uma
209 abstenção. A Conselheira **Leny** encaminhou sua declaração de voto na forma como segue: "A CONAM ao se
210 posicionar pelos 03 pontos apresentados pela Comissão da Reestruturação do CNS, o faz considerando: 1- Que estas
211 posições foram por nós defendidas na IX CNS. 2- Que estas posições foram por nós defendidas, quando da
212 formulação e votação da Resolução nº 33 do Plenário do CNS. 3- Que estas posições têm sido defendidas pela
213 Direção Nacional e por suas filiadas em todos os Fóruns que se realizam e debatem o tema em pauta". Dando
214 seguimento à Reunião, o Coordenador anunciou ao Plenário a presença do Dr. João Geraldo Martinelli, que
215 cumprimentou os Conselheiros e apresentou seus agradecimentos pela oportunidade única que esse Colegiado havia
216 lhe oferecido, a fim de que ele pudesse manifestar-se a respeito das acusações que lhes foram imputadas; descreveu
217 uma a uma as acusações, comentou como foi sua administração na Vigilância Sanitária e as mudanças ocorridas com
218 o objetivo único de dificultar o acesso de estranhos àquele setor, uma vez que existem grandes interesses
219 empresariais, o que de certa forma transformou em um grande cartório que simplesmente fazia concessão de
220 registro, deixando pois, de cumprir sua finalidade que é a de fazer vigilância sanitária. O Plenário do Conselho
221 mostrou-se solidário aos dois Secretários, com aprovação de duas Moções a respeito dos problemas ocorridos. Posta
222 em votação a proposta de Resolução sobre a fluoretação da água, o Plenário aprovou por unanimidade a proposta do
223 Conselheiro **Artur**. **Item 08 - APRECIAÇÃO DE PEDIDOS DE ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES NA**
224 **ÁREA DA SAÚDE**: O Coordenador fez comentários sobre a MP nº 661/94 e o Decreto nº 1.303/94, que retirou da
225 competência deste Conselho a apreciação dos cursos elencados pela Resolução CNS nº 38. O Conselheiro **Ruy**
226 **Gallart** propôs que o CNS se manifestasse junto ao executivo, uma vez que possui legitimidade. O Conselheiro
227 **Seixas** falou da legitimidade do Decreto, que o CNS deve formar um grupo para analisá-lo profundamente. Os
228 Conselheiros Ruy Gallart, Albaneide e Arlindo foram encarregados de elaborar um documento que seria discutido na
229 Quadragésima Segunda Reunião Ordinária. Continuando a reunião, o Conselheiro **Jocélio** foi indicado para
230 participar do II Encontro Nacional de Economia de Saúde, nos dias 01 e 02 de dezembro, em Brasília-DF; as
231 Conselheiras **Leny** e **Albaneide** ficaram de confirmar suas presenças no Seminário de Pobreza, Fome e Desnutrição
232 no Brasil, que será realizado no dia 02 de dezembro, em São Paulo; e o Conselheiro **Sabino** será o representante do
233 CNS, na I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será realizada nos dias 21 a 25 de
234 dezembro, em Brasília-DF. A Conselheira **Albaneide** solicitou que o CNS encaminhasse Ofício ao CES-SP
235 informando que o campus universitário, a que se refere o processo de pedido de abertura do Curso de Medicina
236 Veterinária, é em Fernandópolis e não em Itaquera. A Conselheira **Ana Maria** comunicou ao Plenário, a reunião que
237 haverá com as Entidades Nacionais dos Portadores de Deficiência e os Portadores de Patologia, solicitando ao
238 Conselho um espaço para as discussões. O coordenador solicitou ao Plenário sugestões para a Pauta da
239 Quadragésima Segunda Reunião Ordinária que acontecerá nos dias 14 e 15 de dezembro. Os temas sugeridos foram:
240 Priorização de Hospitais Universitários no SUS, Reestruturação do CNS, Programa do Teste do Pezinho,
241 Apresentação do Relatório da Oficina de Vigilância Sanitária de Medicamentos e apresentação da NOST pelo
242 Conselheiro **Jocélio**. O Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Saúde deu por encerrada a reunião. Estiveram
243 presentes os titulares: **Ana Maria Lima Barbosa, Antônio Mendes Pereira, Antonio Sabino dos Santos, Arlindo**
244 **Fábio Gómez de Sousa, Armando Martinho Bardou Raggio, Artur Custódio Moreira de Sousa, Carlos Alberto**
245 **Komora Vieira, Francisco Ubiratan Dellape, Gilson de Cássia M. Carvalho, Jocélio Henrique Drummond,**
246 **José Carlos Seixas, José Justino Alves Pereira, Juan Vicente Santini, Leny May Campelo Omilton Visconde,**
247 **Ricardo Akel, Roberval Junqueira Franco, Rosemary Lumena Berol da Costa, Ruy Gallart de Menezes, Zilda**
248 **Arns Neumann, e os suplentes: Albaneide Maria Lima Peixinho, Gilson Calemann, Mário Cardoso Filho,**
249 **Newton de Araújo Leite, Valter Chaves Costa e Waldir Mesquita.**